

Manuel Correia de Andrade: descolonização e popularização da ciência nas colunas de jornais

[*Manuel Correia de Andrade: decolonization and popularization of science in newspapers.*

Maria Rita Ivo de Melo Machado¹

Alexandre de Freitas Barbosa²

André Souza Martinello³

RESUMO • O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo lançou, em novembro de 2024, a Coleção Digital “Manuel Correia de Andrade: divulgador científico”. Trata-se de conjunto de textos, colunas de jornais impressos, de autoria de Andrade, que ressalta o seu papel de difusor científico, exercendo o compartilhamento do conhecimento produzido no âmbito acadêmico com a sociedade em geral. O artigo propõe analisar alguns dos conteúdos dos textos expostos na referida Coleção Digital e apontar os elementos de descolonialidade nesses documentos e nas reflexões do intelectual. • **PALAVRAS-CHAVE** • Manuel Correia de Andrade; divulgador científico;

coleção digital. • **ABSTRACT** • In November 2024, the Institute of Brazilian Studies of the University of São Paulo launched the Digital Collection “Manuel Correia de Andrade: scientific communicator”. It is a set of texts, columns from printed newspapers, written by Andrade, and highlights his role as a scientific disseminator, sharing the knowledge produced in the academic sphere with the society in general. The article seeks to analyze the content of the texts exposed in the aforementioned Digital Collection and points out the elements of decoloniality in these documents. • **KEYWORDS** • Manuel Correia de Andrade; scientific communicator; digital collection.

Recebido em 4 de fevereiro de 2025

Aprovado em 15 de setembro de 2025

Editores responsáveis: Ana Paula Simioni, Dulcilia Helena Schroeder Buitoni e Marcos Antonio de Moraes

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; BARBOSA, Alexandre de Freitas; MARTINELLO, André Souza. Manuel Correia de Andrade: descolonização e popularização da ciência nas colunas de jornais. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 92, 2025, e10765.



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n92.2025.e10765

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, Recife, PE, Brasil).

² Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

³ Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc, Florianópolis, SC, Brasil).

O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) lançou, em novembro de 2024, a Coleção Digital “Manuel Correia de Andrade: divulgador científico”⁴ com textos escritos por esse intelectual brasileiro publicados entre as décadas de 1990 e 2000 no *Jornal do Commercio*. Como um dos principais intérpretes do Brasil no final do século XX, Manuel Correia tem o seu acervo salvaguardado no IEB, centro multidisciplinar de pesquisa e documentação sobre a história e as culturas brasileiras. O acervo é formado por um conjunto de fundos pessoais expressivos para reflexão sobre a sociedade brasileira, a exemplo dos fundos de Mário de Andrade, Caio Prado Júnior, Pierre Monbeig, Milton Santos, Celso Furtado, Paul Singer, entre outros. A digitalização do fundo de Andrade constitui um estímulo para o acesso ao seu acervo, posto que favorece a disponibilidade “remota” de textos que o autor produziu. Nesse sentido, o uso social da rede mundial de computadores – internet – facilita o contato desses documentos, sem a necessidade da ida física de pesquisadores/as até a sede do IEB.

Portanto, entende-se que a Coleção Digital é apenas uma pequena parte do acervo de Manuel Correia de Andrade, disponibilizado de forma aberta no portal do IEB. A totalidade do acervo desse pensador congrega a biblioteca e os documentos pessoais, inclusive manuscritos e correspondência. Uma parte expressiva desse acervo encontra-se disponível para consulta no IEB que, por meio do Projeto Manuel Correia de Andrade (PMCA)⁵, contou com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a higienização e a catalogação do acervo entre 2022 e 2024 (PMCA, 2024).

A incorporação do acervo de Andrade ao Instituto reforça o reconhecimento da relevância da sua obra para as ciências humanas. Apesar de não ser o mote deste artigo reforçar o reconhecimento e sua importância como intelectual e figura pública, são elencados aqui alguns textos que orientam nesse sentido: Buitoni (2023), Amoroso e Iumatti (2015), Rêgo (2023), Lima (2007) e Araújo (2002). Manuel Correia de

4 A Coleção Digital “Manuel Correia de Andrade: divulgador científico” encontra-se disponível no *site* do IEB/USP (COLEÇÃO..., s. d.).

5 Para outras informações, ver: PMCA (s.d.).

Andrade é considerado um dos principais geógrafos brasileiros, professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo publicado uma vasta produção bibliográfica na segunda metade do século XX. Entre algumas características de suas obras, encontram-se tópicos sobre epistemologia e história da geografia, lutas e movimentos socioterritoriais, conflitos fundiários, planejamento regional, campesinato, escravidão, assim como a consistente produção sobre a formação do território brasileiro, entre outros variados temas. Manuel faleceu em 2007, aos 85 anos de idade.

Os textos da Coleção Digital refletem o esforço, apresentado também em seus livros, de uma escrita pedagógica e militante, caracterizada pela fluidez e estabelecimento de comunicação com a população leitora de jornais. No pequeno espaço da página do jornal eram apresentados problemas, sugestões e denúncias de questões socioeconômicas e ambientais por meio de fatos históricos, relatos de viagens e indicações de livros. A linguagem fugia do restrito tecnicismo acadêmico rebuscado, realizando de forma direta e sintética uma crítica dos problemas sociais.

As suas contribuições para os jornais de grande circulação começaram ainda na sua juventude, com uma coluna publicada na *Folha Paulistana* no ano de 1944. O recorte de jornal desse texto (Figura 1) acompanha uma carta enviada por Manuel Correia a Caio Prado Júnior, que registra o primeiro contato epistolar entre esses intelectuais. O conteúdo do artigo enviado – estimulado por uma publicação de Caio Prado Júnior na revista *Rumo*, onde este associava as relações de trabalho à estrutura fundiária brasileira – demonstrava o acompanhamento de Andrade pela circulação de ideias e debates de sua época desde estudante universitário.

CPJ-CP-AND002

Em torno da solução do problema humano no Brasil

junho de 1944

Em interessante trabalho publicado em RUMO, CAIO PRADO JÚNIOR chamou-nos a atenção para o problema humano no Brasil que, como diz ele, está sendo relegado à um plano secundário em benefício de outros problemas também importantes, mas que só podem ser solucionados após o desaparecimento daquele.

O ilustre historiador pátrio nos mostra que o problema humano é o básico pois, como poderemos constituir uma nação forte industrial, política ou militarmente, se não possuirmos como base o homem sadio de corpo e espírito?

Realmente, não conheço as condições do trabalhador sulista, mas no nordeste, onde a notável assistência do Ministério do Trabalho, infelizmente, só se fez sentir nos centros populosos, ainda o problema é crucial. Apesar dos trabalhadores urbanos receberem uma assistência relativamente desenvolvida, os trabalhadores rurais vivem como verdadeiros animais, tal como viviam antes da revolução de 1930. Mal alimentados, mal vestidos, sem a menor educação ou assistência social, devorados pela verminose, pela malária e pela schistosoma. Vivem a mercê da natureza.

Que é necessário para solucionar o problema? Criar escolas, melhorar a alimentação, elevar o poder aquisitivo da população, tudo enfim.

E, como conseguiu-o? O nordeste sempre foi latifundiário. As antigas sesmarias que vinham se subdividindo, mal chegaram a um tamanho médio de propriedade — o bangüê — foram logo premidas pelo surto industrial — a fundação de usinas — e se aglomeraram em mãos de alguns capitalistas ou sociedades anônimas como já salientou o grande mestre GILBERTO FREYRE em seu magistral livro NORDESTE. Aglomerações estas que se tornaram mais intensas a proporção que se desenvolvia a indústria, porque a agricultura continuava a ser feita como sempre fora, trazendo como consequência a expansão dos partidos de cana em sentido horizontal — já que não se desenvolviam no vertical, impelidos pela técnica agrícola — para satisfazer as máquinas que cada vez eram mais aperfeiçoadas.

Ora, como consequência natural do latifúndio vem a monocultura com todo seu cortejo de deficiências. A monocultura agora, como nos tempos coloniais, acarreta a falta de alimentos indispen-

sáveis e conseqüentemente a deficiência eugénica da população. Se há pouco alimento, este sobe a preços astronômicos e a massa da população passará fome e se tornará fraca e deficiente para o trabalho.

Como se pôde solucionar o problema?

Segundo CAIO PRADO JÚNIOR pela subdivisão dos latifúndios em pequenas propriedades, as quais seriam, naturalmente, cultivadas por lavradores proprietários.

Mas os terrenos do nordeste necessitam beneficiamento antes das plantações, pois a terra só fornece uma produção compensadora com irrigações e adubos. E tudo isto custa dinheiro. O pequeno proprietário não possuirá o suficiente para fazer represas e canais de irrigação. Além disso, se adotada a proposta acima, cairá o nível cultural das populações do interior, porque o pequeno proprietário não disporá de meios para educar os seus filhos nas cidades mais adiantadas. Seriam satisfatórios os resultados? Julgo que, para o nordeste seria mais interessante a organização de grandes propriedades pertencentes à cooperativas, porque poder-se-iam desenvolver a agricultura e a indústria em larga escala e em benefício da população. Ao mesmo tempo, com a reunião dos lavradores cooperativistas na sede da usina, ou fazenda cooperativa, forma-se-ia uma aglomeração com relativa densidade demográfica onde poderiam funcionar ginásios, ou mesmo colégios, elevando conseqüentemente o nível cultural da população. Nestas usinas porém deveriam ser cultivados os vegetais necessários ao alimento do pessoal da mesma, além de continuar a ser intensificada a produção destinada à exportação.

Assim estaria penso eu, resolvido o problema humano, porque o lucro obtido com o produto exportado daria o suficiente para uma assistência médico-dentária, social e cultural das populações pertencentes a cada cooperativa, enquanto ao lado deste produto se desenvolveria a cultura de outros vegetais e a criação do gado necessários ao abastecimento da cooperativa. Então, bem alimentada e educada às populações rurais, estaria em grande parte, resolvido o problema humano no Brasil.

M. Correia de Andrade
Faculdade de Direito
Recife

Figura 1.
carta de:

de 1945. Notificação de envio de um artigo em resposta à ideia de Caio Prado Júnior sobre a solução do problema humano no Brasil e a questão da pequena propriedade. Acervo Caio Prado Júnior, Arquivo do IEB/USP, código de referência CPJ-CP-AND002

O artigo mencionado, de 1944, foi publicado quando o autor tinha apenas 22 anos

de idade e ainda era estudante da Faculdade de Direito do Recife (PE). É possível perceber, comparando o documento da Figura 1 com os subsequentes, que manteve a linguagem fluida e a prática de apresentar os problemas sociais através de reflexões sobre o debate entre os intelectuais, conferindo visibilidade a livros, autores e personalidades. Podemos afirmar que desde cedo Andrade buscou acompanhar e fazer parte das discussões de ideias e temas candentes que circulavam no país.

A Coleção Digital robustece a figura de Manuel Correia como divulgador científico, que tenta “estreitar relações entre ciência e população” (SANTOS; MULLIER, 2022, p. 1). Carneiro (2020, p. 6), em sua dissertação sobre os divulgadores da ciência, afirma que um intelectual público seria quem “busca tornar o conhecimento científico acessível e de fácil compreensão, utilizando-se de recursos e técnicas para favorecer o diálogo entre a ciência e a sociedade”.

É bem verdade que a partir da primeira década do século XXI o papel de divulgador científico vem ganhando outras plataformas e interfaces com a popularização das técnicas e tecnologias de comunicação, informação e informatização, sobretudo a internet. Assim, na contemporaneidade, os divulgadores científicos ganharam amplitude possibilitando formações de redes de interações sociais mais amplas e fluidas entre pesquisadores científicos, sociedade e investigadores de outras áreas do conhecimento (CARNEIRO, 2020).

A Coleção Digital levou em consideração que Andrade nasceu no ano de 1923 e faleceu em 2007, período em que os jornais impressos eram uma das principais fontes de informação da população sobre questões mais rotineiras e relevantes da sociedade. Os periódicos exerciam grande influência na construção da formação da opinião e do conhecimento da população letrada. Para a Coleção foram selecionados artigos do *Jornal do Commercio*, com grande circulação no Nordeste. O período selecionado foi entre a última década do século XX e a primeira do século XXI, correspondendo aos últimos anos de vida do pensador e coincidindo com a ampliação da internet como fonte de informação e o início do processo de migração dos jornais impressos para as páginas digitais. No entanto, a internet ainda não havia adquirido a força e capilaridade proporcionada pelas redes sociais.

Andrade, historiador e geógrafo – tal como passou a se identificar – passou a exercer o papel de “divulgador científico” através das suas colunas publicadas semanalmente no *Jornal do Commercio*. Seus textos destacam-se pela linguagem acessível e desobstruída, revelando o seu papel de mediador entre o mundo dos intelectuais e a sociedade, suscitando novas elucubrações e promovendo a popularização e politização de temas da atualidade. Destaca-se que não se tratava de uma redação em forma de panfletagem, mas de um conteúdo que, por vezes, continha uma conjunção de dados, trazendo autores clássicos e novos para o debate, convidando-os para o diálogo sobre os dilemas do Brasil contemporâneo, frente a fatos de repercussão global, nacional ou regional.

Com essas práticas de comunicação, o autor assumiu uma atitude pedagógica e transformadora, produzindo reflexões sobre a ciência que extrapolaram as cidadelas da universidade e passaram a alcançar o grande público leitor de jornais. Sem academicismos, os conceitos vêm misturados às realidades cotidianas, dando vida, dramaticidade e sugestões de caminhos para a transformação social.

Diante da abrangência de temáticas trabalhadas por Andrade como “desenvolvimento, pobreza, questões ambientais, corrupção e pensamento decolonial” (BUITONI, 2023, p. 186), entre outros, a coleção foi dividida em quatro eixos temáticos: I- Mosaico interpretativo do Brasil, II- Movimentos políticos e sociais, III- Perspectivas geopolíticas e IV- Desenvolvimento, sociedade e ecologia.

É possível perceber, com os textos de Andrade disponibilizados pela Coleção, que sua reflexão transcendia as fronteiras disciplinares. Seu pensamento, tal como presente nas páginas dos jornais, nutria-se de conhecimento histórico, geográfico, econômico, jurídico e sociológico. Os documentos selecionados para a Coleção Digital reafirmam a interdisciplinaridade do autor.

A erudição, expressa de maneira fluida na linguagem adotada em seus textos, fornece bons exemplos para acessar o seu estilo discursivo, assim como os seus conteúdos. Assim, mobilizamos algumas das colunas publicadas no *Jornal do Commercio* e reunidas na Coleção Digital “Manuel Correia de Andrade: divulgador científico” para, a partir delas, identificar os elementos de descolonialidade presentes nas suas colunas de jornal e na elaboração do pensamento do autor. Do montante total de mais de 20 textos selecionados pela coleção, foram pinçados alguns correspondentes ao eixo temático I- Mosaico interpretativo do Brasil.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE NO TEMPO, NO ESPAÇO E NAS PRODUÇÕES

Nascido em 1923 no Engenho Jundiá, no município de Vicência (Zona da Mata de Pernambuco), ele fazia parte de uma família tradicionalmente produtora de cana-de-açúcar. Seu local de nascimento foi um traço marcante na sua origem pessoal e na sua produção acadêmica. Era nesse local que, eventualmente, recebia os amigos, a exemplo de Milton Santos, e aproveitava para conversar sobre geografia, história, tempo e espaço (ANDRADE, 2018).

Seu processo de alfabetização se deu, inicialmente, no Engenho, e posteriormente realizou o curso primário na escola pública do município. Com apenas 10 anos de idade foi morar na cidade do Recife a fim de dar continuidade aos estudos. Ingressou no curso de Direito na Faculdade do Recife, no ano de 1941 e, na sequência, em 1943, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega para cursar licenciatura em história e geografia (ANDRADE, 2018).

Atuou como advogado trabalhista, especialmente em sindicatos de trabalhadores, ao mesmo tempo que ministrava aulas de história e geografia no ensino secundário. Com aproximadamente 16 anos escreveu seu primeiro livro, *Guerra da Etiópia*, que não chegou a ser publicado e foi perdido na enchente de 1966 que ocorreu no Recife (ANDRADE, 2018).

Deixou a carreira na advocacia (1952) para se dedicar à atuação na geografia e na história. Foi professor catedrático no Ginásio Pernambucano, no Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e diretor do Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira Rodrigo de Mello Franco de Andrade da Fundação Joaquim Nabuco. Também produziu pesquisas e trabalhos para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e

dirigiu, durante o curto governo de Miguel Arraes, no início da década de 1960, o Grupo Executivo de Produção de Alimentos (Gepa). Escreveu mais de uma centena de livros ao longo da vida, o que o fez ocupar uma cadeira na Academia Pernambucana de Letras.

O conjunto de sua obra lhe rendeu inúmeras homenagens e condecorações nas diferentes esferas da sociedade. A biblioteca setorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) leva seu nome. A mesma instituição concedeu a ele o título de doutor *honoris causa*, assim como a UFPE e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), entre outras. Recebeu inúmeras homenagens em eventos científicos de historiadores, geógrafos e cientistas sociais em todo o Brasil.

Os pontos elencados são apenas alguns dos exemplos das atuações de Manuel Correia ao longo da sua trajetória de vida, apontando algumas das suas conexões e capilaridades espaciais. Sobre suas contribuições metodológicas e outros aspectos, é possível encontrar na rede internacional de computadores inúmeras dissertações, teses e artigos científicos a respeito.

BASE METODOLÓGICA

Para atingir o objetivo proposto para o artigo, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo postulada por Bardin (1977), que se estrutura em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Seguindo a linha dessa autora, a fase da pré-análise consistiu na coleta dos artigos publicados no *Jornal do Commercio* por ter sido esse o periódico em que ele publicou sistematicamente nas duas últimas décadas de vida, por ser jornal do seu estado natal, além de ter reconhecida inserção como veículo de comunicação em massa na Região Nordeste⁶. Justifica-se essa escolha, sobretudo, por ser um periódico impresso, antes da consolidação dos jornais em plataformas digitais da internet. Mesmo tendo Andrade publicado colunas em outros jornais, considerou-se o *Jornal do Commercio* como uma importante baliza noticiosa opinativa para outros veículos de comunicação.

O primeiro filtro seletivo foram as colunas do *Jornal do Commercio* publicadas nas décadas de 1990 e 2000. Destaca-se que, paralelamente às três etapas, foi realizado levantamento e leitura bibliográfica sobre a vida e obra de Manuel Correia de Andrade e também leitura e releitura de algumas de suas produções. A intenção foi a de fortalecer o argumento da sua relevância enquanto intérprete do Brasil e divulgador científico, além de identificar as temáticas e abordagens em seus textos acadêmicos e as possíveis correlações com os consagrados textos dominicais que fortalecem seu papel enquanto divulgador científico.

Na exploração do material foram refletidas e organizadas operações para a produção da decodificação do conteúdo analisado. Durante o tratamento dos resultados foram feitas operações estatísticas simples de que resultaram tabelas com o objetivo de elencar temáticas gerais mais abordadas por Andrade nas suas colunas para compreender temas mais recorrentes, como: questão agrária, meio ambiente,

6 Sobre a importância do *Jornal do Commercio*, ler: Alfino (2014) e Nascimento (1967).

planejamento regional, racismo, movimentos sociais, povos tradicionais, formação territorial e econômica do Brasil e do Nordeste, além de geopolítica, relações de poder, campesinato, pobreza e desigualdades socioeconômicas. Outro tema de destaque é o papel de algumas personalidades históricas e da contemporaneidade, atrelando suas trajetórias aos fatos.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE: PENSAMENTO DESCOLONIZADOR

Como afirma Ferretti (2019), Manuel Correia é uma das bases da literatura atual sobre os espaços subalternos no que se refere aos estudos de raça e no entendimento do projeto de modernidade-colonialidade-descolonialidade. Ferretti (2019) assegura que ele analisou em profundidade revoltas populares, especialmente dos grupos marginalizados em termos sociais, étnicos e raciais, tendo sido responsável por destacar o papel desses grupos na formação dos territórios brasileiros.

Assim, apesar de não ter utilizado de forma sistemática os termos *descolonização* e *descolonialidade* (CASTILHO; MORAIS, 2024), suas análises frequentemente estavam centradas nos problemas sociais resultantes da colonização do Nordeste. Manuel Correia apontou que os legados coloniais ainda persistem na região e que os subalternos conquistaram seus próprios direitos por meio da ação direta, manifestando-se através de práticas históricas autônomas. No entanto, esses esforços ainda não foram suficientes para suplantar as desigualdades no acesso ao conhecimento em virtude das estruturas econômicas e políticas rígidas que sustentam as injustiças sociais, étnicas e raciais.

Refletindo sobre a discussão de descolonialidade, Rogério Haesbaert (2021, p. 10) argumenta sobre a importância de entender que “descolonizar é, na prática, um processo contínuo de resistência que acompanha, em diferentes níveis e escalas, toda a história do capitalismo”. Ainda segundo o mesmo autor:

Descolonizar [...] envolve a r-existência (no sentido de resistir para defender a própria existência) a todo tipo de dominação, expropriação e/ou opressão, como demonstrado pelas diferentes formas de exploração do trabalho, pelo domínio patriarcal, pelo racismo e pela aculturação compulsória, presentes em diferentes modelos civilizatórios. (HAESBAERT, 2021, p. 10).

A partir desse esclarecimento conceitual, constata-se que o conjunto da obra de Andrade trata a dimensão da colonização e seus movimentos de resistência de forma recorrente, afirmando-se como um intelectual de militância descolonizadora. Através do apoio de revisões bibliográficas como as obras de Ferretti (2019), Haesbaert (2021) e Castilho e Moraes (2024), percebe-se como Manuel Correia de Andrade contribuiu de forma robusta no âmbito dos trabalhos acadêmicos sobre reflexões descoloniais, sobretudo, por seus apontamentos dos impactos de práticas e ações colonizadoras.

A produção de um conhecimento descolonizado requer que os subalternizados tenham espaços de fala (sendo mais do que meros *coadjuvantes*) e que haja uma “recuperação crítica de cosmologias marginalizadas e epistemes deslegitimadas, que

possam proporcionar uma visão mais aguçada e um conjunto de alternativas às injustas estruturas de poder global” (SHILIAM, 2012 apud FERRETTI, 2019 – tradução nossa).

Nesse sentido, alguns dos livros de Andrade discutem de forma crítica revoltas populares e o abolicionismo, a exemplo de *A guerra dos cabanos* (1985), *Lutas camponesas no Nordeste* (1986), *Abolição e reforma agrária* (1987) e *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada* (1971), entre outros. Dessa forma, ele reforça uma compreensão alinhada a uma abordagem descolonial, mesmo que a expressão ainda não estivesse disponível na época das publicações mencionadas. Essas obras estão estruturadas na explicitação das opressões sofridas pelas classes sociais e grupos racializados e das situações assimétricas existentes entre dominadores e subalternizados. O despertar dos estudos sobre as classes subjugadas foi relatado pelo próprio Manuel quando do prefácio da 7ª edição do livro *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste* (2005):

A leitura dos livros de Caio Prado [...] despertou-nos o interesse pelas lutas do período regencial, quando a população pobre e, na grande maioria, de cor levantou-se contra os senhores das províncias, promovendo revoltas de grande duração, como a Cabanagem da Amazônia, a Balaiagem no Meio Norte (Maranhão e Piauí), a Guerra dos Cabanos no Nordeste (Pernambuco e Alagoas), a Revolta dos Negros Malés e a Sabinada na Bahia. (ANDRADE, 2005, p. 23-24).

Pode-se corroborar assim as afirmações de Ferretti e Haesbaert, quanto indicam que Andrade ofereceu importantes exemplos de como se envolver em reflexões críticas acerca dos espaços e dos povos subalternizados, mesmo diante de limitações impostas pelos arquivos coloniais (FERRETTI, 2019). Uma leitura atenta das suas colunas de jornais permite atestar a sensibilidade social e agudeza crítica de Andrade. Fruto de sua trajetória – que alia posicionamento político a compromisso acadêmico e de pesquisas – seus textos publicados na imprensa pautavam as questões tratadas por meio de um prisma descolonial.

MOSAICO INTERPRETATIVO DO BRASIL: UMA ANÁLISE

Discriminação e racismo

Na leitura do documento a seguir é possível perceber suas observações de cunho descolonial ao explicar, sinteticamente, as bases do racismo estrutural quando denuncia fato ocorrido durante os Jogos Olímpicos de 2000, em Sydney, Austrália. Ele expôs uma correlação entre o racismo estrutural brasileiro e as origens das desigualdades raciais por meio da análise da formação dos povos no Brasil e das lógicas coloniais presentes em outros países, articuladas historicamente à instituição da escravidão.

Esse texto sobre o racismo, publicado nos anos 2000, é uma amostra do arcabouço temático da trajetória de Andrade. Dentre as temáticas recorrentes nas publicações

dominicais do *Jornal do Commercio*, estavam as que tratavam das injustiças sociais, a exemplo do artigo “Discriminação e racismo” (Figura 2). Em combate a essa prática social, ainda nas primeiras linhas, faz alusão ao processo de miscigenação da formação do povo brasileiro evocando e debatendo Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Na sequência faz uma denúncia contundente sobre o racismo, quando afirma:

Ultimamente, porém, vem se observando o crescimento de uma mentalidade altamente discriminatória, de ricos ou falsos ricos contra os pobres, dos que ocupam posições de destaque nas estruturas sociais contra os que exercem profissões mais humildes, dos ditos brancos contra os indígenas, negros e mulatos e das regiões desenvolvidas contra as subdesenvolvidas. (ANDRADE, 2000a).

Mobilizando seu conhecimento sobre a história da formação do povo brasileiro, ao mesmo tempo que aponta a reprodução desses acontecimentos no presente, Andrade evoca casos de racismo em destaque na esfera global apontando os casos ocorridos nas Olimpíadas da Austrália no ano de 2000. Tece assim o texto costurando diálogos entre passado e presente e as escalas nacionais e internacionais, estabelecendo conexões socioespaciais, territoriais e históricas. Aproveitando o espaço no jornal como *locus* de reflexão coletiva, denúncia e propagação das problemáticas envolvidas no racismo, escreveu:

Querer discriminar os descendentes destes povos, admitindo a existência de seres superiores, os que devem mandar e os que devem obedecer, é um resquício da escravidão que comandou a vida brasileira durante quatro séculos. Mancha que recai muito mais sobre os dominadores do que sobre os dominados e que necessita ser apagada tanto da mentalidade de pessoas menos avisadas de suas origens, como de pensadores, de profissionais e de governantes que muitas vezes exprimem os seus preconceitos de raça ou de classe, de profissão e até de origem regional. (ANDRADE, 2000a).

Os artigos de jornal refletiam a produção da sua geografia acadêmica não europeia e davam evidência aos movimentos de resistência à colonização, à escravidão e à exploração de terras pelas elites europeias e brasileiras, com destaque aos povos indígenas, afro-brasileiros e caboclos, com foco especial nas histórias do Nordeste.

Discriminação e racismo

MANOEL CORREIA DE ANDRADE

O Brasil vem sendo apontado, desde os anos Trinta, como um país que resultou de uma longa miscigenação entre três raças e culturas diferentes, sendo ele, ao mesmo tempo, europeu, africano e indígena. A valorização do mestiço vem sendo feita por antropólogos, como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, mostrando o valor com que é inserido no povo brasileiro, pela sua origem plurirracial e pluricultural.

Ultimamente, porém, vem se observando o crescimento de uma mentalidade altamente discriminatória, de ricos ou falsos ricos contra os pobres, dos que ocupam posições de destaque nas estruturas sociais contra os que exercem profissões mais humildes, dos ditos brancos contra os indígenas, negros e mulatos e das regiões desenvolvidas contra as subdesenvolvidas. Esta discriminação não só pode desagregar o que há de mais nobre e mais eficiente na formação brasileira – a unidade –, como provocar lutas internas entre regiões, entre classes e entre grupos sociais.

Ela se corporifica até nas expressões mais simples que se ouve no dia a dia; é comum quando se discute um programa de lazer ou de mero fim de semana, sugerindo a ida a áreas predominantemente rurais, ouvir-se de pessoas que se julgam muito importantes, de que isso “é um programa de índio”, como se os programas de índio fossem inferiores aos dos brancos. Ou ainda, em relação a um mulato bem apossado, mas de lábios grossos, dizer-se “ele até que passa, mas os seus lábios dão para fazer um bife”. O mais grave ocorreu quando, nas Olimpíadas da Austrália, uma atleta brasileira, ao ir se defrontar com a equipe

de Cuba, haver afirmado “vamos derrotar aquelas negras de Cuba”. Fato que foi visto e ouvido na televisão e transcrito nos jornais e revistas. O fato mostra que esta atleta não tem equilíbrio para representar o Brasil em um certame internacional do porte das Olimpíadas e também que ela tem apenas pretensão de saber jogar, de vez que o Brasil foi derrotado pelas “negras” de Cuba sem que a “branca” ou falsa branca brasileira tivesse impedido a nossa derrota. O Brasil teria sido o ponto de encontro de culturas múltiplas, uma vez que da Europa nos vieram os primeiros colonizadores brancos que ocuparam, paulatinamente, o nosso território, a partir do século XVI –

portugueses, franceses e espanhóis, sobretudo –, depois, os imigrantes que aqui chegaram no período em que éramos um país de imigração – italianos, alemães, polacos, judeus, ucranianos, russos, letões etc. Aqui chegaram, da Ásia, representantes dos países do Médio e do Extremo

Oriente, como os semitas sírios, libaneses, palestinos, árabes, judeus sefarditas, armênios e amarelos do Extremo Oriente, como os japoneses, os chineses e os coreanos.

A África foi outra grande fonte de imigrantes para o Brasil, trazidos, desde os primeiros anos, como escravos, tanto do norte do continente, como os sudaneses, em parte já islamizados, como do sul. Os bantos vindos do Congo, de Angola e de Moçambique, também passaram por São Tomé e pelo Cabo Verde.

O continente indígena, que deveria compreender, em 1500, mais de três milhões de habitantes,

chegara à América e ao Brasil em migrações sucessivas, durante milênios, sendo formado por povos e nações diversas que se guerreavam, como os tupis, os tapuias, os cariris, os arauacas e os caribes, que desenvolveram, neste imenso território, culturas diversificadas.

Querer discriminar os descendentes destes povos, admitindo a existência de seres superiores, os que devem mandar e os que devem obedecer, é um resquício da escravidão que comandou a vida brasileira durante quatro séculos. Mancha que recai muito mais sobre os dominadores do que sobre os dominados e que necessita ser apagada tanto da mentalidade de pessoas menos avi-

sadas de suas origens, como de pensadores, de profissionais e de governantes que muitas vezes exprimem os seus preconceitos de raça ou de classe, de profissão e até de origem regional.

Convém lembrar que estamos no limiar do século XXI e que, apesar dos esforços

políticos neoliberais e defensores da globalização, o mundo marcha para uma sociedade com menos pobreza e discriminação, para uma sociedade mais igualitária, em que todos, negros e brancos, indígenas e “civilizados”, pobres e ricos, letrados e ignorantes tenham a oportunidade de viver e de receber salários dignos e proporcionais ao seu esforço e condizentes com o seu trabalho. O mundo caminha para a frente e não para trás.

■ Manuel Correia de Andrade é historiador e geógrafo

19/11/00

Figura 2 – Recorte de artigo de Manuel Correia de Andrade para o *Jornal do Commercio* (coluna Opiniões). Recife, 19 de novembro de 2000. O autor traz luz ao crescimento da mentalidade discriminatória e racista no Brasil ao final do século XX. Acervo Manuel Correia de Andrade, Arquivo do IEB/USP, código de referência MCA-TEX-PER-083

A QUESTÃO INDÍGENA

Na perspectiva do eixo do mosaico interpretativo do Brasil, o foco da análise descolonial era contribuir para a emancipação dos grupos oprimidos em face das violências sofridas ao longo da história. No artigo “A questão indígena” (Figura 3), o autor recorda as grandes ondas migratórias de diferentes países e continentes. Usou esse mote para ressaltar “a importância dos povos que já habitavam o país por ocasião da chegada dos conquistadores europeus – os indígenas” (ANDRADE, 1997a,).

Faz-se um adendo: mesmo antes da década de 1990, na obra *A terra e o homem no Nordeste* (ANDRADE, 2005), publicada pela primeira vez em 1963, o professor Manuel usava o termo “indígena”. Décadas depois ele mantém o esforço de popularizar o termo dizendo ser “comum se falar em indígenas como se formassem um grupo homogêneo às suas origens, à sua cultura e ao nível de civilização em que se encontravam no início do século XVI” (ANDRADE, 1997a).

Em um dos artigos dedicados aos povos indígenas, Andrade revela o modelo de relações marcadas pelas injustiça entre esses povos e aqueles que ele denominou intencionalmente, de forma pejorativa, de “alienígenas”, afirmando que a desagregação de grupos e o estímulo à discórdia foram práticas dos dominadores, que “logo se aperceberam das divergências existentes entre as várias nações [indígenas] e trataram de tirar partido do fato, colocando umas contra as outras para mais facilmente conquistar a terra” (ANDRADE, 1997a).

A escrita do documento tem um movimento de regressão e progressão temporal da história, facilitando a exposição das violências simbólicas e diretas impetradas contra os povos originários e em situação de vulnerabilidade em diferentes momentos ao longo do tempo e na contemporaneidade. No transcurso do texto anuncia aos leitores que “o processo de espoliação [contra os povos indígenas] continua; as madeiras, os garimpeiros e os grandes pecuaristas – até empresas industriais – vêm avançando nos seus territórios, expropriando os verdadeiros donos da terra” (ANDRADE, 1997a).

Sua declaração, apesar de impressa nas folhas de jornal há mais de 25 anos, continua pertinente, como é possível perceber na pesquisa de Castro e Alves (2024), publicada na *Revista Direito Econômico e Socioambiental* e que analisou as recentes violações de direitos fundamentais dos povos indígenas. O artigo apresenta casos concretos de falhas estruturais e de coordenação dos poderes nos abusos cometidos por mineradoras em terras indígenas. Assim como o artigo científico recente, Andrade (1997a) relatou em diferentes obras e textos a omissão do Estado no tocante ao seu papel de proteger os “verdadeiros donos da terra”.

Os papéis de escritor para os jornais e de professor-intelectual se complementavam. Essa simbiose torna-se patente no prefácio do livro *Geografia: ciência da sociedade* (2008) em que Andrade reafirma a contribuição da ciência geográfica na interpretação dos fatos do mundo, chamando atenção de como a geografia é “complementada pela interpretação que os cientistas sociais dão ao processamento dos fatos e dos impactos causados sobre os sistemas sociais e o meio ambiente” (ANDRADE, 2008, p. 9). Nesses recortes de jornais fica evidente que o professor procurava fazer geografia e história tendo como ponto de partida “a formação da cidadania e a conscientização de concepções nacionalistas mais conciliatórias com os desejos de paz e harmonia entre os povos” (ANDRADE, 2008, p. II).

A questão indígena

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

É interessante que a população brasileira se aperceba de que ela não é tão homogênea como geralmente se afirma; sendo o Brasil um país de imigração, acolheu, durante séculos, europeus - portugueses, espanhóis, italianos, alemães, russos, judeus, etc. -, pessoas originárias do Oriente Médio, como turcos, árabes e judeus sefarditas, e do Extremo Oriente, como japoneses, chineses, coreanos, etc. Para o Brasil foram trazidos ainda, durante o período em que existiu o sistema escravagista, milhões de negros africanos. Mas, além destes grupos que hoje formam a maioria da população e que para aqui vieram, durante séculos, por motivações as mais diversas, é preciso que se ressalte também a importância dos povos que já habitavam o país por ocasião da chegada dos conquistadores europeus - os indígenas.

É comum se falar em indígenas como se formassem um grupo homogêneo quanto às suas origens, à sua cultura e ao nível de civilização em que se encontravam no início do século XVI. Mas eles formavam vários grupos que lutavam entre si na disputa por terras mais férteis ou melhores localizadas, e grandes fluxos migratórios ocorreram antes da chegada de Cabral. Não se sabe ao certo qual o contingente populacional que ocupava o território brasileiro no último ano do século XV - o da descoberta do Brasil -, mas se admite que fosse de mais de dois milhões de habitantes.

A conquista portuguesa trouxe um grande impacto sobre os povos indígenas; em alguns pontos eles chegaram, inicialmente, a confraternizar com os recém-vindos, em outros logo entraram em luta ou se intrinsecaram nas lutas travadas entre portugueses e franceses ou entre portugueses e holandeses que disputavam a conquista e a posse da terra. Os alienígenas logo se aperceberam das divergências existentes entre as várias nações e trataram de tirar partido do fato, colocando umas contra as outras para mais facilmente conquistar a terra.

Iniciaram a colonização com uma terrível política de conquista, a fim de aprisionar os primitivos habitantes, expropriá-los de suas terras e escravizá-los. Justificavam a sua conduta alegando a necessidade de convertê-los ao cristianismo, possibi-

tando a salvação de suas almas após a morte. É bem verdade que entre os colonizadores havia grandes divergências, alguns missionários serviam aos interesses dos colonos e doutrinavam os indígenas para a escravidão, assim como beniziam e justificavam a conquista, a dominação e a escravidão dos indígenas. Outros, como o padre Antônio Vieira SJ, defendiam o direito do indígena à vida e à liberdade. E a escravidão indígena, que continuou formalmente até quase aos nossos dias, foi abolida, juridicamente, no século XVIII, muito antes da libertação dos negros.

O morticínio indígena foi feito com tal violência, quer em luta, quer através de assassinatos, verdadeiros massacres, quer através da situação de pobreza e miséria a que foram reduzidos, ou através da transmissão de moléstias para as quais eles não dispunham de meios para reagir, que hoje a população indígena está reduzida a cerca de 200.000 habitantes. Esta população, que não se concentra em um único

ponto do território nacional, se distribui em pontos os mais diversos e isolados uns dos outros; existem contingentes indígenas tanto nos estados mais desenvolvidos, próximos até às grandes cidades, como acontece em São Paulo, como isolados na floresta amazônica ainda quase sem contato com os "civilizados". Mas o processo de espoliação continua; as madeiras, os garimpeiros e os grandes pecuaristas - até empresas industriais - vêm avançando nos seus territórios, expropriando os verdadeiros donos da terra. O que mais espanta é que muitos brasileiros ficam indignados quando o governo delimita terras

indígenas destinando-lhes grandes áreas, como ocorreu com os yanomamis, mas não se revoltam quando se estabelecem, de forma violenta ou através de acordos escusos, grandes latifúndios, muitas vezes empresas estrangeiras. Não se apercebem de que, vivendo o indígena da caça, da pesca e da coleta, necessita de muita terra por habitante para atender às suas necessidades mínimas. É necessário que o governo atue com mais energia e que a opinião pública e apoie, a fim de que os primitivos habitantes do Brasil, o grupo mais autêntico de nossa população, subsista e dê uma contribuição cultural à formação do país.

• Manuel Correia de Andrade é historiador e geógrafo

A conquista portuguesa trouxe um grande impacto sobre os povos indígenas



OPINIÕES

JORNAL DO COMMERIO Recife, 15 de junho de 1997 DOMINGO

Figura 3 – Recorte de artigo de Manuel Correia de Andrade para o *Jornal do Commercio* (coluna Opiniões). Recife, 15 de junho de 1997. O autor discorre sobre a situação dos povos indígenas no país desde a colonização até a contemporaneidade, focando principalmente no apagamento e exploração dos povos indígenas brasileiros. Acervo Manuel Correia de Andrade, Arquivo do IEB/USP, código de referência MCA-TEX-PER-126

O artigo da Figura 3, apesar de não indicar nenhuma leitura acadêmica sobre a temática, é um exemplo clássico da divulgação do conhecimento científico por meio de uma geografia da escola crítica e, portanto, de denúncia. Segundo Saquet (2011, p. 12):

[...] a obra do Manuel Correia de Andrade é substantiva e contribui de maneira efetiva e sistemática para a renovação da geografia no Brasil, especialmente para a substantivação de uma perspectiva crítica e reflexiva, uma geografia de denúncia e propositiva em relação à formação histórica brasileira centrada num processo concentrador e centralizador, contribuindo para desvendar e explicar jogos de poder e controle do povo e do território brasileiro.

Andrade viabiliza assim a difusão e produção do conhecimento científico, evitando a linguagem rebuscada, sem deixar de expor o timbre de indignação, como quando escreveu que: “O que mais espanta é que muitos brasileiros ficam indignados quando o governo delimita terras indígenas destinando-lhes grandes áreas, como ocorreu com os yanomami [sic]” (ANDRADE, 1997a).

DESCOBRIMENTO E POPULAÇÃO INDÍGENA

A preocupação com a reparação aos povos indígenas constituía uma temática recorrente em seus textos. Três anos após a publicação de “A questão indígena” (ANDRADE, 1997a) e motivado pelos debates em torno das comemorações promovidas pelo Estado brasileiro em alusão aos 500 anos do chamado “descobrimento” das terras brasileiras pelos portugueses, Andrade publicou o artigo intitulado “Descobrimento e população indígena” (Figura 4).

Na primeira linha expressa que: “É uma pena que o programa de comemorações do descobrimento do Brasil tenha se transformado em uma celebração, ao invés de uma comemoração” (ANDRADE, 2000b). Explica a posição contundente dizendo: “Isto porque, ao se comemorar não se está fazendo um julgamento de valores, um enaltecimento, mas o reconhecimento de um fato consumado, dando margem a que se analise o que resultou do mesmo” (ANDRADE, 2000b).

O autor destrincha a problemática expondo sucintamente uma análise evolutiva do processo de ocupação territorial dos colonizadores europeus no Brasil e em outras colônias portuguesas. Versa sobre a exploração da força de trabalho dos habitantes originários e dos recursos naturais aqui antes existentes em abundância. No tocante às explorações dos povos indígenas, descreve que os “colonizadores não agiam com cordialidade nem com os nativos nem com os próprios concorrentes europeus” (ANDRADE, 2000b). Retrata as perversidades detalhando que “muitas vezes colocavam roupas usadas por pessoas doentes de varíola nos pontos que os indígenas iam apanhar água, a fim de que eles, em contato com estas roupas, fossem infeccionados pela doença” (ANDRADE, 2000b).

Opinião

Descobrimento e população indígena

É MANUEL CORREIA DE ANDRADE
uma pena que o programa de comemorações do descobrimento do Brasil tenha se transformado em uma celebração, ao invés de uma comemoração. Isto porque, ao se comemorar não se está fazendo um julgamento de valores, um enaltecimento, mas o reconhecimento de um fato consumado, dando margem a que se analise o que resultou do mesmo. Assim, ao se comemorar o descobrimento, deverá-se partir para a análise do que ele foi, do que ele provocou e não tentar fazer uma festa de proporções enormes. Inicialmente, deve-se-lhe questionar se em 1500 teria havido um "descobrimento" puro e simples, ou mais que isto, uma invasão. A nosso ver ocorreu descobrimento quando o colonizador europeu chegou a ilhas desabitadas, como os Açores, Madeira, Cabo Verde etc e aí se estabeleceu, passando a explorar estas ilhas, com os próprios imigrantes nacionais e com escravos trazidos da África. No Brasil, ao contrário disto, os portugueses encontraram uma população nativa, formada por centenas de nações, provavelmente vindas da Ásia e da Oceania e que viviam da exploração dos recursos naturais, adaptando-se o quanto podiam ao meio ambiente.

Foram, em alguns lugares, bem recebidos, como testemunhou Pero Vaz de Caminha, e em outros com hostilidade, conforme depôs Américo Vespúcio, e, como conquistadores, tomaram posse da terra, ignorando os direitos indígenas, e passaram a explorá-la. E, para explorar a terra, necessitavam de força de trabalho, explorando também os seus habitantes. Tratava-se de um processo de colonização, como foi feito também por outros povos europeus – franceses, espa-

nhoís, holandeses, ingleses etc – em outros territórios da América, da África, da Ásia e da Oceania.

O processo de colonização já se orientava pelo sistema do capitalismo comercial e consistia em obter, por baixos custos e com trabalho cativo, produtos tropicais e minerais, a fim de suprir o mercado europeu. Os colonizadores não agiam com cordialidade nem com os nativos nem com os próprios concorrentes europeus. Nos dois primeiros séculos da história do Brasil, observam-se lutas constantes tanto entre portugueses e indígenas como entre portugueses e espanhóis – a luta no Sul do Brasil –, e franceses – com invasões no Rio de Janeiro e no Maranhão – e com holandeses – no Nordeste do Brasil, quando os batavos chegaram a ocupar a porção litorânea do território, desde o Maranhão até Sergipe. Piratas ingleses também atacaram cidades e vilas para se apoderar dos produtos locais.

Inicialmente, os portugueses exploraram os indígenas através do escambo; mas, com o início do povoamento, desenvolveram a escravidão dos mesmos, chamados de "pretos da terra", e dos negros trazidos da África. E foram impiedosos com os nativos; através da catequese eles procuraram desaculturar as nações indígenas, desmolarizando os seus chefes, dominando-os, assassinando as suas lideranças e sedentarizando-os, a fim de concentrar a força de trabalho nas ocasiões de demanda maior de mão-de-obra. Estimularam também guerras entre as nações indígenas, como tabajaras contra caetés, e aliciaram grupos nativos para lutar em suas hostes contra outros grupos que lutavam contra ou a favor dos seus inimigos. Os portugueses trouxeram com eles moléstias que não ocorriam no

Brasil e contra as quais os indígenas não dispunham de imunização. Foram eles que dizimaram povos inteiros com a transmissão da gripe, da sífilis, da varíola e de outras moléstias. Gilberto Freyre chega a dizer que os portugueses não só civilizaram como também silitizaram o Brasil. E muitas vezes colocavam roupas usadas por pessoas doentes de varíolos nos pontos em que os indígenas iam apanhar água, a fim de que eles, em contato com estas roupas, fossem infectados pela doença.

Também devemos salientar a crueldade com que os bandeirantes paulistas conduziam as suas penetrações para o Sertão, não só dizimando como também aprisionando indígenas para trabalharem nas suas plantações. Bandeirantes que muitas vezes eram mais selvagens de que os próprios indígenas, como ocorreu com Domingos Jorge Velho, o destruidor do Quilombo dos Palmares. Assim, estava inerente ao sentido da colonização a exploração mais desenfreada e a dizimação dos primitivos habitantes do Brasil. Atitude que não desapareceu após a Independência do país e que ainda ocorre hoje, apesar das campanhas desenvolvidas por figuras como Rondon, os Irmãos Vilas Boas e numerosos indigenistas e antropólogos que se dedicam à questão indígena. Não se pode deixar de salientar o papel desempenhado pela Igreja, nas últimas décadas, como a Pastoral do Índio. Apesar de tudo isto e em consequência disto, é que a população indígena, que deveria exceder os três milhões de habitantes em 1500, está hoje reduzida a trezentos mil.

■ Manuel Correia de Andrade é historiador e geógrafo

Figura 4 – Recorte de artigo de Manuel Correia de Andrade para o *Jornal do Commercio* (coluna Opiniões). Recife, 4 de junho de 2000. O autor discorre sobre o processo de colonização do Brasil, a exploração e o genocídio das populações indígenas. Acervo Manuel Correia de Andrade, Arquivo do IEB/USP, código de referência MCA-TEX-PER-059

Essas informações divulgadas para seus leitores mostraram facetas das raízes históricas, sociais e políticas do Brasil e como as relações geopolíticas impunham aos nativos e aos povos escravizados condições degradantes, que se refletem até hoje nas disparidades socioeconômicas, no racismo estrutural e na injustiças climáticas.

O 7 DE SETEMBRO

O uso de elementos do cotidiano era uma das estratégias para capturar o interesse do leitor e servir de mote para o desenrolar de suas narrativas. Um exemplo disso é o artigo "O 7 de setembro" (Figura 5), uma das datas comemorativas mais emblemáticas do país. A explanação se vale de fatos históricos e ainda dissemina parte pouco explorada sobre essa data da *efeméride* de "independência" do Brasil. Andrade aborda

criticamente a participação de D. Pedro I no processo e indica os autores José Honório Rodrigues e Nelson Werneck Sodré como referências sobre o assunto, reafirmando, assim, seu perfil de divulgador do conhecimento científico.

Nessa perspectiva, interpreta o fato de forma diferente da abordagem corriqueira dos livros didáticos quando afirma que “se a independência do Brasil foi feita com mais rapidez e menos lutas do que a dos países hispano-americanos, nem por isso deixou de correr sangue nos campos da Bahia, da Cisplatina – o Uruguai era, então, uma província do Brasil –, do Maranhão, do Piauí e do Grão-Pará” (ANDRADE, 1997). A explicação usual centra o processo da independência na esfera do Estado, ressaltando que as consequências do “parto da grande nação” para as classes sociais foram distintas. Como de praxe em seus escritos, o autor evidencia nas colunas os marcadores étnico-raciais das desigualdades e as expropriações históricas sofridas por populações afro-brasileiras e indígenas, situando-as dentro de um contexto social e político mais amplo.

Os indígenas e os negros eram os grandes espoliados, de vez que perdiam a vida, a liberdade e as terras, diante das constantes arbitrariedades dos “civilizados”, ávidos de terras e braços; eles esperavam obter a liberdade e a cidadania com a independência, mas, frustrados face ao pacto das elites que tentaram e conseguiram manter as estruturas sociais da colônia, passaram a lutar [...]. (ANDRADE, 1997).

A síntese do escrito são as transformações políticas que não se metamorfoseiam em mudanças sociais efetivas para as classes subalternizadas no passado, processo que se perpetua na atualidade sob novas manifestações.

O 7 de Setembro

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Há poucos dias comemorou-se mais um aniversário da independência do Brasil, proclamada por D. Pedro I, às margens do riacho Ipiranga. O 7 de Setembro é a data magna da história do Brasil, nela se deu a separação do Reino Unido a Portugal e Algarves, que passou a se autogovernar. A primeira vista, pode-se pensar que esse fato tenha se dado por um passe de mágica, feito por um jovem príncipe, aconselhado por um velho cientista e diplomata - José Bonifácio de Andrada e Silva.

Na realidade, se a independência do Brasil foi feita com mais rapidez e menos lutas do que a dos países hispano-americanos, nem por isso deixou de correr sangue nos campos da Bahia, da Cisplatina - o Uruguai era, então, uma província do Brasil -, do Maranhão, do Piauí e do Grão-Pará. Três fatos provocaram a existência de luta política no parto da grande nação: a sua extensão territorial e as grandes diferenças entre as várias províncias; as divergências existentes de ordem étnica e social, de vez que havia um grande contingente de população indígena e negra necessitando e desejando obter a cidadania; as divergências ideológicas entre republicanos e monarquistas.

A análise dessas realidades, que já foram estudadas por numerosos historiadores, como José Honório Rodrigues e Nelson Werneck Sodré, entre outros, continua sendo um campo inesgotável para quem quer compreender o Brasil de hoje e projetar o de amanhã.

Em 1822, ainda não havia sido consolidado um forte sentimento nacional; o sentimento provincial era tão intenso que o Grão-Pará e o Maranhão se sentiam muito mais ligados a Lisboa do que ao Rio de Janeiro; os pernambucanos, liderando as províncias nordestinas, tinham fortes desconfianças não só do governo português como da própria dinastia de Bragança e aspiravam à formação de uma República, sob forma de confederação, expressa nas gloriosas revoluções de 1817 e 1824; havia também os baianos e mineiros, mais conservadores e, até certo ponto, abalados pelas incondições de 1789 e de 1798; os fluminenses, desejosos de manter a metrópole da nova nação no Rio de Janeiro, que se beneficiara do governo implantado em 1808, por D. João VI, mas que não confia-

vam no jovem príncipe e tinham aspirações francamente republicanas, com Joaquim Gonçalves Ledo, os paulistas, liderados pelos Andrada, e que acreditavam depender a unidade nacional da manutenção da monarquia, embora salientassem a necessidade de absorção da população de cor, em grande parte escrava, e também os gaúchos que viviam no sul do novo Império em guerras constantes com os espanhóis, e a Cisplatina, onde os uruguaios, recentemente conquistados e incorporados ao Brasil, desejavam a independência ou a reintegração ao antigo Vice-Reinado do Prata.

Os indígenas e os negros eram os grandes espoliados, de vez que perdiam a vida, a liberdade e as terras, diante das constantes arbitrariedades dos "civilizados", ávidos de terras e braços; eles esperavam obter a liberdade e a cidadania com a independência, mas, frustados face ao pacto das elites que tentaram e conseguiram manter as estruturas sociais da colônia,

passaram a lutar, quando o Império foi enfraquecido pela abdicação, através das revoltas do período colonial: a Cabanagem, a Balaiada, a Guerra dos Cabanos, a Revolta dos Malês etc.

Finalmente, a rivalidade das elites entre os ideais republicanos que dominaram nas antigas colônias espanholas e a monarquia herdada dos próprios portugueses, iria ter uma grande importância na estrutura do Estado, sob a forma unitária, com o esmagamento das aspirações provinciais, além da sobrevivência, por 67 anos, de uma monarquia nos trópicos. Monarquia

que durou tantos anos, graças mais à habilidade de D. Pedro II, ao prestígio da Coroa e ao poder dos senhores de terra, e de escravos que às aspirações republicanas. E o Brasil foi na América, durante décadas, a única monarquia estável, ao contrário do México que conheceu duas dinastias, a de Iturbide, após a independência por um ano (1822/1823), e a de Maximiliano, por alguns anos, nos meados do século XIX (1858/1867), e do Haiti onde, com a independência, um herói negro, Dessalines, foi imperador por alguns anos.

Tudo isso vem mostrar que a independência de um país nunca se faz sem luta, e sem derramamento de sangue.

• Manuel Correia de Andrade é historiador e geógrafo

Em 1822 ainda não havia se consolidado um forte sentimento nacional



OPINIÕES

JORNAL DO COMMERCIO Recife, 21 de Setembro de 1997 DOMINGO

Figura 5 – Recorte de artigo de Manuel Correia de Andrade para o *Jornal do Commercio* (coluna Opiniões). Recife, 21 de setembro de 1997. O autor fala sobre a conjuntura social e política em que se deu a proclamação da independência. Acervo Manuel Correia de Andrade, Arquivo do IEB/USP, código de referência MCA-TEX-PER-136

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos do *Jornal do Commercio* divulgados a partir da Coleção Digital “Manuel Correia de Andrade: divulgador científico” revelam a indissociabilidade entre a *persona* que escreve para o jornal e a que produz livros acadêmicos de alto reconhecimento. Nessas colunas é possível perceber a figura de Andrade como um intelectual público e comprometido com a popularização do conhecimento científico e a pauta da descolonização. Fez isso ao reverberar temas relacionados à estrutura social e política, como racismo, desigualdades socioeconômicas, questão agrária e meio ambiente, que foram recorrentes em toda a sua trajetória acadêmica. Sua abordagem destacava-se por uma perspectiva que podemos traduzir, para os termos de hoje, como descolonizadora, interdisciplinar e crítica. Embora a expressão “descolonização” não tenha sido empregada de forma sistemática pelo autor (exigir isso seria um anacronismo), estamos de acordo com autores que interpretaram a crítica da descolonidade como elemento articulador das reflexões de Correia.

Nos livros e artigos jornalísticos, soube unir o rigor acadêmico e a capacidade de síntese, buscando alcançar um público mais amplo e indo além dos limites das universidades e espaços formais de ensino e aprendizagem. Sua escrita representava não apenas um exercício de denúncia das injustiças sociais, mas também uma proposta de transformação social, também vista no conjunto de suas obras. Dessa forma, o professor Manuel não apenas divulgou conceitos científicos, mas os contextualizou no cotidiano, dialogando diretamente com os leitores e promovendo reflexões sobre os dilemas históricos e contemporâneos do Brasil. Assim, com essas produções textuais publicadas em periódicos, contribuiu para desconstruir discursos coloniais e elitistas, promovendo uma ciência mais próxima da sociedade e acessível a diferentes públicos. O pensamento crítico do autor guarda relações com a circulação de ideias e o acompanhamento das discussões do seu tempo. Fugindo de uma linguagem rebuscada e sem cair no didatismo vulgarizador, encara a difusão e a produção do conhecimento como duas etapas igualmente importante de inserção do intelectual na vida social.

Enfim, Manuel Correia de Andrade segue como um exemplo de como as ciências humanas podem ser popularizadas e mobilizadas para a produção de uma conscientização crítica e a promoção de justiça social, ambiental e histórica no Brasil contemporâneo. Um intelectual público que exerceu esse papel também pelas páginas dos jornais ao produzir reflexões que ainda podem suscitar valoradas discussões no século XXI, como se percebe ao consultar seus documentos no acervo do IEB e sua Coleção Digital.

SOBRE OS AUTORES

MARIA RITA IVO DE MELO MACHADO é professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
mariarita.machado@ufrpe.br
<https://orcid.org/0000-0002-7301-9090>

ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA é professor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).
afbarbosa@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-0493-7488>

ANDRÉ SOUZA MARTINELLO é professor do Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).
andre.martinello@udesc.br
<https://orcid.org/0009-0002-5810-9351>

Declaração de disponibilidade de dados

Os conjuntos de dados gerados e/ou analisados durante o estudo atual estão disponíveis no manuscrito e em materiais suplementares.

REFERÊNCIAS

- ALFINO, Luiz Carlos dos P. Serpa. A imprensa oficial e a realidade construída: uma análise discursiva do *Jornal do Commercio* no estopim do movimento tenentista. *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM), v. 3, n. 2, jul.-dez./2014. Disponível em: <https://xjournals.com/collections/articles/Article?q-t=IXHiPCJzEOL/rFoPZ4M3XqciBjfuUlhyPc+j26LtFUU=>. Acesso em: set. 2025.
- AMOROSO, M.; IUMATTI, P. T. A construção de uma biblioteca na trajetória de Manuel Correia de Andrade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 60, 2015, p. 199-210. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi60p199-210>.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Em torno da solução do problema humano no Brasil. *Folha paulistana*, jun. 1944. Acervo Caio Prado Júnior, Arquivo IEB/USP, código de referência CPJ-CP-AND001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembro e novembro*. Recife: UFPB, 1971.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Guerra dos cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1985.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A questão indígena. *Jornal do Commercio*, Recife, 15 jul. 1997a. Acervo Manuel Correia de Andrade, Arquivo IEB/USP, código de referência MCA-TEX-PER-126.

- ANDRADE, Manuel Correia de. O 7 de setembro. *Jornal do Commercio*, Recife, 21 set. 1997b. Acervo Manuel Correia de Andrade, Arquivo IEB/USP, código de referência MCA-TEX-PER-136.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Abolição e reforma agrária. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1987.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Discriminação e racismo. *Jornal do Commercio*, Recife, 19 nov. 2000a. Acervo Manuel Correia de Andrade, Arquivo IEB/USP, código de referência MCA-TEX-PER-083.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Descobrimento e população indígena. *Jornal do Commercio*, Recife, 4 jun. 2000b. Acervo Manuel Correia de Andrade, Arquivo IEB/USP, código de referência MCA-TEX-PER-059.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- ANDRADE, Thais Lourdes Correia de. *Vida e obra de Manuel Correia de Andrade*: caminhos percorridos na geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018. <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-07062019-122115>.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *O fio e a trama*: depoimento de Manuel Correia de Andrade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa (Portugal): Edições 70, 1977.
- BUITONI, Dulcilia Helena Schroeder. Manuel Correia de Andrade: em pequenos textos, o mundo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 86, dez. 2023, p. 186-199. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vri86p186-199>.
- CARNEIRO, Érica Mariosa Moreira. *Perfil dos blogueiros/divulgadores de ciência no portal blogs de ciência da Unicamp*. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP2020.1127067>.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; MORAIS, Hugo Arruda de. Manuel Correia de Andrade: pioneirismo no âmbito da perspectiva da descolonialidade. *Boletim Goiano de Geografia*. v. 44, n. 1, 2024, e77243. <https://doi.org/10.5216/bgg.v44i1.77243>.
- CASTRO, Luís Felipe Perdighão de; ALVES, Fernando Casqueiro. Mineração em terra indígena e o estado de coisas inconstitucional: aspectos jurisprudenciais, conflitos e (in)segurança dos povos indígenas. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, Curitiba, v. 15, n. 3, e279, set.-dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/30135>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- COLEÇÃO Digital “Manuel Correia de Andrade”. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/colecao-digital-pmca/>. Acesso em: set. 2025.
- FERRETTI, Federico. Decolonizing the Northeast: Brazilian subalterns, Non-European heritages, and radical geography in Pernambuco. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 109, n. 5, 2019, p. 1632-1650. <https://doi.org/10.1080/24694452.2018.1554423>.
- HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15723/1/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.
- LIMA, Marcos Costa. Homenagem a Manuel Correia de Andrade: A geografia e a política do Nordeste brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, out., 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000300001>.
- NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. v. 3. Recife: UFPE, 1967.
- PMCA – Projeto Manuel Correia de Andrade. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/colecao-digital-pmca/>. Acesso em: set. 2025.

- PMCA – Projeto Manuel Correia de Andrade. Relatório Integral, 2024. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/relatorio-integral-pmca/>. Acesso em: set. 2025.
- RÊGO, André Heráclio do. Manuel Correia de Andrade: a mata, o agreste e o sertão. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 86, dez. 2023, p. 126-141. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v7i86p126-141>.
- SANTOS, L. Oliveira dos; MULLER, K. Barbosa. Caracterização do atual cenário da divulgação científica brasileira em mídias digitais a partir do levantamento dos perfis de divulgadores científicos. *JCOM América Latina*, v. 5, n. 2, 2022, AOI, p. 1-20. <https://doi.org/10.22323/3.05020201>.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território e territorialidade. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, n. 47E, 2011, p. 1-16. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1795>. Acesso em: set. 2025.